Sumário

INTRODUÇÃO

1 – Colocação do tema

2 – Plano da obra

CAPÍTULO I

CONCEITO DE ATUAÇÃO DIRETA DO ESTADO NA ECONOMIA

I.1 – A atuação direta do Estado na economia e suas espécies

I.2 – Atuação empresarial do Estado e figuras correlatas

- I.2.1 – Regulação jurídica
- I.2.2 – Fomento
- I.2.3 – Aquisição de bens e serviços
- I.2.4 – Alienação de bens e serviços
- I.2.5 – Investimentos institucionais
- I.2.6 – Fornecimento endógeno de bens e serviços
- I.2.7 – Conclusões parciais do tópico

I.3 – Fungibilidade da atuação direta do Estado com a regulação e o fomento

- I.3.1 – Atuação direta com objetivos regulatórios
- I.3.2 – Atuação direta com objetivos fomentadores

CAPÍTULO II

REGIME CONSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO DIRETA EMPRESARIAL DO ESTADO NA ECONOMIA

II.1 – Potencialidades e limites do princípio da subsidiariedade

- II.1.1 – Fundamentos do princípio da subsidiariedade
- II.1.2 – Âmbitos e intensidades de aplicação do princípio da subsidiariedade e do art. 173 da CF
- II.1.3 – O interesse público secundário de lucro econômico
- II.1.4 – A possibilidade de inconstitucionalização progressiva da soma de atuações diretas do Estado na economia

II.2 – A paridade de tratamento com as empresas privadas

- II.2.1 – Exercício pelo Estado sem exclusividade de serviços ou monopólios públicos
- II.2.2 – Exercício de atividades econômicas de naturezas distintas
- II.2.3 – Paridade de regime nos ônus e nos bônus
- II.2.4 – Atividade exercida por empresa do estado sem concorrência

II.3 – Descentralização administrativa e exercício direto de atividades econômicas pelo Estado

II.4 – Instrumentos organizativos da atuação direta do Estado na economia

- II.4.1 – Instrumentos não empresariais
- II.4.2 – Instrumentos empresariais
  - II.4.2.1 – Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista
    - II.4.2.1.1 – Controle societário sem maioria das ações com direito a voto e vice-versa
    - II.4.2.1.2 – Empresas controladas pelo Estado sem autorização legislativa

II.4.2.1.3 – Empresas controladas por estatais
II.4.2.1.4 – Participação minoritária em empresas privadas
II.4.2.1.5 – Empresas binacionais ou plurinacionais
II.4.2.1.6 – Sociedades estrangeiras controladas pelo Estado brasileiro

CAPÍTULO III

O REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS

III.1 – Hibridismo jurídico
III.1.1 – O Estatuto das Estatais (Lei 13.303/2016)
III.1.2 – Incidência adaptada dos princípios da Administração Pública
III.1.2.1 – Princípio da legalidade
III.1.2.2 – Princípios da impessoalidade, moralidade, eficiência e governança corporativa
III.1.2.3 – Princípio da publicidade (acesso aos documentos das estatais)
III.1.3 – Diferenças de regime jurídico em razão da atividade exercida pela estatal
III.1.4 – Diferenças de regime jurídico em razão da dependência financeira da estatal
III.2 – Regime licitatório
III.2.1 – A estatal como contratada do ente federativo que a instituiu
III.2.2 – A estatal vinculada ao Poder Público por contrato de programa
III.2.3 – A estatal como delegatária legal
III.2.4 – A estatal como alienante de bens, ativos e participações societárias estratégicas
III.3 – Regime contratual
III.4 – Regime de pessoal (direito dos empregados públicos)
III.5 – Regime de responsabilidade civil
III.6 – Regime processual administrativo
III.7 – Regime tributário
III.8 – Regime orçamentário
III.9 – Regime de bens
III.10 – Regime falimentar e de extinção compulsória
III.11 – Regime societário (direito administrativo societário)
III.12 – Conclusão parcial

CAPÍTULO IV

CONTROLES SOBRE AS ESTATAIS

IV.1 – Controles de meio e controles finalísticos no direito administrativo
IV.2 – Controles pelo próprio Poder Executivo
IV.2.1 – Princípio da primazia dos controles societários em relação aos controles administrativos
IV.2.2 – Ordem sucessiva de primazias de controles: controles regulatórios, societários e de tutela administrativa
IV.2.3 – Mitigação da racionalidade econômica das estatais para a realização de objetivos públicos
IV.2.3.1 – Limites qualitativos
IV.2.3.1.1 – Utilização das estatais para a realização de objetivos macroeconômicos do Estado
IV.2.3.2 – Limites quantitativos

IV.2.3.3 – "Interesse da Companhia" e abuso de poder de controle das sociedades de economia mista

IV.2.3.4 – Requisitos procedimentais à imposição de objetivos públicos às estatais

IV.3 – Controles pelo Poder Legislativo

IV.4 – Controles pelos Tribunais de Contas

IV.5 – Controles pelo Poder Judiciário

CAPÍTULO V

NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS

V.1 – Novos contextos, novas estratégias

V.2 – Sujeição ao antitruste

V.3 – Sujeição à regulação independente

V.4 – Arbitrabilidade

V.5 – Extraterritorialidade

V.6 – Sujeitos do fomento estatal

V.7 – Atenuação do controle societário absoluto do estado (acordo de acionistas, standards de governança e ingresso em bolsas de valores)

V.8 – Formação de grupos econômicos

V.9 – Atuação em parceria com empresas privadas (consórcios, *joint venture* e *joint operating agreement* – JOA)

V.10 – Empresas público-privadas

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO